

Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda - Sicoob Central Cecremge

CNPJ/ME - 00.309.024/0001-27
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,
Submetemos à apreciação de nossas filiadas as Demonstrações Contábeis do 1º semestre de 2018 da Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CECREMGE, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional
O SICOOB CENTRAL CECREMGE mantém e vem aprimorando permanentemente a sua atuação de instituição voltada para organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de interesse das cooperativas singulares associadas, integrando e orientando atividades, bem como facilitando a utilização recíproca de serviços disponibilizados por estas entidades.

2. Avaliação de Resultados
No 1º semestre de 2018, o SICOOB CENTRAL CECREMGE apresentou o seguinte resultado, conforme demonstrado abaixo:

Resultado líquido do semestre	7.299.052,56
3. Carteira de Crédito	
As Operações de Crédito do SICOOB CENTRAL CECREMGE totalizaram R\$ 105.515.401,04 no 1º semestre de 2018, onde 100,00% destas operações pertenciam à modalidade de "Empréstimos".	
Os Dez Maiores Devedores demandaram 97,52% (ou R\$ 102.895.432,22) das Operações de Crédito realizadas até 30/06/2018. Sua Carteira de Crédito possui 46 (quarenta e seis) operações ativas nesta ocasião data-base, sendo subdividida em 14 (quatorze) tomadores (cooperativas singulares).	
4. Captação	
As captações, no total de R\$ 4.754.513.381,31 em junho/2018, apresentaram uma evolução em relação ao semestre anterior de 90,81%, sendo distribuídas da seguinte maneira:	
Rubrica	Jun/2018
Depósitos Vinculados	12.485,50
Depósitos a Prazo	16.332.274,37
Centralização Financeira	4.742.028,44
Total	4.754.513.381,31

5. Patrimônio de Referência
O Patrimônio de Referência do SICOOB CENTRAL CECREMGE era de R\$ 109.926.918,91 no 1º semestre de 2018, sendo composto por 66 (sessenta e seis) cooperativas, havendo uma redução de uma sociedade em relação ao exercício anterior.

6. Política de Crédito
A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a fim de assegurar a execução dos objetivos de negócio. Sendo feita de todas as consultas cadastrais e com análise do Aumento através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações. O SICOOB CENTRAL CECREMGE adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682, havendo uma concentração de 100% nos níveis de "A" a "C".

7. Governança Corporativa
Governança Corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos de negócio. Sendo garantido a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração do SICOOB CENTRAL CECREMGE tem na assembleia geral, que é a reunião de todas as filiadas, o poder máximo de decisão. A gestão do SICOOB CENTRAL CECREMGE está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e a Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Central no seu dia a dia. O SICOOB CENTRAL CECREMGE possui ainda um Agente de Controles Internos e Riscos, supervisionado diretamente pelo Conselho de Administração.

Os balanços do SICOOB CENTRAL CECREMGE são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Central.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, o SICOOB CENTRAL CECREMGE adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de Crédito, a cooperativa adota várias políticas de controles internos, além do Estatuto Social e Regulamento Interno. A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados a sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

A estrutura de governança da Central está alinhada às exigências legais e regulamentares vigentes e é regida pela Política Institucional de Governança Corporativa do Sicoob, que fixa as diretrizes de atuação sistêmica para o estabelecimento e a manutenção de relações transparentes, equitativas e éticas em todos os âmbitos da gestão. Para isso, contempla aspectos relacionados à: representatividade e participação; gestão executiva; aplicação de princípios de segregação de funções na administração; fiscalização e controle; educação cooperativista; e responsabilidade corporativa na prestação de contas das entidades integrantes do Sicoob.

8. Estrutura de governança
A estrutura de governança do SICOOB CENTRAL CECREMGE está alinhada às exigências legais e regulamentares vigentes e é regida pela Política Institucional de Governança Corporativa do Sicoob, que fixa as diretrizes de atuação sistêmica para o estabelecimento e a manutenção de relações transparentes, equitativas e éticas em todos os âmbitos da gestão. Para isso, contempla aspectos relacionados à: representatividade e participação; gestão executiva; aplicação de princípios de segregação de funções na administração; fiscalização e controle; educação cooperativista; e responsabilidade corporativa na prestação de contas das entidades integrantes do Sicoob.

9. Assembleia Geral
A Assembleia Geral é o órgão deliberativo máximo do SICOOB CENTRAL CECREMGE e possui autonomia para decidir sobre qualquer questão de interesse social, desde que respeitados os limites estabelecidos pela lei e pelo estatuto social em vigência. As decisões tomadas em assembleia geral vinculam a todas as cooperativas singulares associadas, ainda que assentes e discordantes.

10. Conselho Fiscal
O Conselho Fiscal é um órgão permanente, composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, todos associados das singulares associadas, eleitos a dois (2) anos pela assembleia geral, responsável pela fiscalização das atividades e atividades da administração da Central. Tem função de fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, assessorando a Assembleia Geral, além de opinar sobre as demonstrações contábeis e o relatório anual da administração.

11. Sistema de Ouvidoria
A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDD 0800 e site na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria da PGPC, módulo Risco Operacional, em decorrência das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com as nossas filiadas e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

12. Gerenciamento de Risco
a. Risco Operacional
A Política Institucional de Risco Operacional, aprovada no âmbito dos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na inexistência deste, Diretoria) das entidades do Sicoob, é revisada, no mínimo, anualmente por proposta da área responsável pelo gerenciamento de risco operacional do Sicoob Conferência, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas cooperativas do Sicoob. Esta Política estabelece diretrizes e responsabilidades aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional das entidades do Sicoob.

Conforme preceito da art. 12 da Complementar 130/2009 e o art. 34 da Resolução CMN nº 4.434/2015, o SICOOB CENTRAL CECREMGE adota a estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob, centralizada na Conferência Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Conferência, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br. O processo centralizado de gerenciamento do risco operacional do Sicoob consiste na:

- a) identificação, avaliação e tratamento do risco operacional;
 - b) documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional;
 - c) realização, com periodicidade mínima anual, de testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados;
 - d) elaboração de propostas de atuação da política;
 - e) disseminação da Política de Gerenciamento de Risco Operacional aos empregados da entidade, em seus diversos níveis, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como as dos prestadores de serviços terceirizados;
 - f) existência de plano de contingência, contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes do risco operacional;
 - g) implementação, manutenção e divulgação de processo estruturado de comunicação e informação sobre continuidade de atividades.
- Os sistemas, modelos e procedimentos aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional são avaliados, anualmente, pela Conferência Nacional de Auditoria Corporativa (CNAC), criada a partir das exigências da Resolução nº 3.442/2007, do Conselho Monetário Nacional (CMN).
- Os resultados apresentados nos Relatórios de Auditoria Interna e Externa são utilizados para corrigir, adaptar, promover melhorias ou reformulações no gerenciamento do risco operacional.
- O processo de gerenciamento do risco operacional do Sicoob consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.
- A Plataforma de Gestão de Processos e Controles (PGPC), nos módulos Risco Operacional e Controles Internos - Ações de Gestão no processo de gerenciamento do risco operacional. O ciclo de identificação, avaliação e tratamento de riscos operacionais, incluindo a reavaliação dos riscos já identificados, compõe-se das seguintes etapas:
- a) identificação do risco operacional: atividade realizada por meio da análise dos processos da entidade, verificando também os riscos, causas e controles já identificados e incluídos na PGPC;
 - b) avaliação qualitativa do risco operacional identificado: atividade que relaciona as informações de impacto e probabilidade para a determinação dos riscos que devem receber tratamento. É realizado por meio da PGPC, módulo Risco Operacional, com aplicação da Matriz de Avaliação de Riscos Operacionais;
 - c) tratamento do risco operacional pela adoção dos procedimentos de:
- 1) implementação, pelos gestores de cada processo, das ações por eles informadas para tratamento dos riscos operacionais. Essa atividade é realizada por meio da PGPC, módulo Controles Internos - Ações;
 - 2) verificação da efetividade e tempestividade da implementação de cada ação;

- c) crítica do enquadramento dos riscos nos parâmetros definidos na metodologia;
 - d) análise dos riscos operacionais, também pelos gestores de cada processo, considerando os sistemas de controles já implementados;
 - e) guarda, pelos gestores das áreas da entidade, de documentos que evidenciem a efetividade, a tempestividade e a conformidade dos procedimentos, controles e/ou das ações adotadas para a redução dos riscos operacionais, verificadas por parte das auditorias interna, externa e cooperativa, área de Controles Internos e Banco Central do Brasil;
 - d) documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais:
 - d.1) das perdas operacionais e as recuperações de perdas operacionais está armazenadas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (SCIR) em banco de dados fornecido pelo Sicoob Conferência;
 - d.2) a guarda da documentação referente às perdas e às recuperações de perdas associadas ao risco operacional é realizada pela área responsável pela perda, possibilitando a verificação por parte das auditorias interna, externa e cooperativa, pelas áreas de Controles Internos e pelo Banco Central do Brasil.
 - e) Comunicação e informação: geração de informações que permitam, internamente, a identificação de condições para adoção de correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco operacional; externamente, a transparência do processo;
 - f) alocação de capital: em cumprimento à Resolução CMN 4.193/2013 e à Circular BCB 3.640/2013, foi definida a Abordagem do Indicador Básico para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente ao risco operacional (RWAOAPD).
- Não obstante a centralização de gerenciamento do risco operacional, o SICOOB CENTRAL CECREMGE possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

- b. Riscos de Mercado e de Liquidez**
As Políticas Institucionais de Gerenciamento da Centralização Financeira de Riscos de Mercado e de Liquidez, aprovadas pelos respectivos órgãos de administração das entidades do Sicoob, visam estabelecer o Sicoob, com as diretrizes e procedimentos aplicados à gestão de riscos de mercado e de liquidez e atender às exigências e normas legais.
- Na revisão das Políticas são considerados os resultados dos testes das auditorias internas e externas, a experiência da área gestora e as normas aplicáveis vigentes.
- Os resultados apresentados nos Relatórios de Auditoria Interna e Externa são utilizados para corrigir, adaptar, promover melhorias ou reformulações no gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez. Conforme preceito da art. 9º da Resolução CMN nº 3.464/2007 e no art. 8º da Resolução CMN 4.090/2012, o SICOOB CENTRAL CECREMGE adota a estrutura única de gestão do risco de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Conferência Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Conferência, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.
- O processo de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez prevê:
- a. realização de validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- b. procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de liquidez;
- c. elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez;
- d. acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos para as entidades do Sicoob, fornecidos pela área responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez, que evidenciem, no mínimo:

- d.1) valor em Risco (Value at Risk - VaR);
 - d.2) limites máximos de risco de mercado;
 - d.3) cenários de stress para risco de mercado;
 - d.4) limite mínimo de liquidez;
 - d.5) cenários de stress para risco de liquidez.
 - e) realização de testes de avaliação dos sistemas implementados de controle dos riscos de mercado e de liquidez;
 - f) observância das demonstrações relativas aos riscos de mercado e de liquidez exigidas pelo Banco Central do Brasil, de acordo com as especificações normativas;
 - g) existência de plano de contingência, contendo as estratégias a serem adotadas para resgates de condições das atividades e para limitar graves perdas decorrentes do risco de mercado e de liquidez.
- O processo de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez é claramente segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade na gestão dos riscos de mercado e de liquidez.

O gerenciamento de risco de mercado adota procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de aderência do modelo de mensuração de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

Os testes de aderência do modelo de mensuração dos riscos (backtesting do VaR) são realizados trimestralmente pela área gestora do Bancoob, para apurar o nível de consistência das perdas estimadas pelo VaR e os retornos efetivamente verificados.

O gerenciamento de risco de liquidez adota procedimentos de identificação dos parâmetros de liquidez, da projeção da liquidez (fluxo de caixa), dos limites do risco de liquidez, cenários de stress de liquidez e planos de contingência de liquidez.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados, anualmente, pelas Auditorias Interna e Externa. Os resultados apresentados nos Relatórios de Auditoria são utilizados para corrigir, adaptar, promover melhorias ou até reformulações completas de processos de trabalho do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o SICOOB CENTRAL CECREMGE possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da Entidade.

c. Risco de crédito
A Política Institucional de Risco de Crédito em vigor tem característica sistêmica e foi aprovada pelo Conselho de Administração do Sicoob Conferência.

Essa política de gerenciamento de risco de crédito, aprovada pelo Conselho de Administração do Sicoob Conferência, tem por finalidade, priorizar os seguintes temas:

- a) Aumentar a visibilidade da Central como instituição cooperativista;
- b) Melhorar o posicionamento no mercado;
- c) Consolidar a marca Sicoob para que seja valorizada e reconhecida como a principal instituição financeira de seus associados.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017 - (Em Milhares de Reais)			
ATIVO	Nota	30/06/2018	30/06/2017
CIRCULANTE			
Disponibilidades	4	4	3
Aplicações interfinanceiras de Depósitos	5	2.122.666	2.659.209
Títulos e valores mobiliários	6	218.964	80.663
Operações de crédito	7	66.089	48.509
Outros créditos	7	1.428	1.412
Outros valores e bens	7	142	143
		2.409.273	2.789.939
REALIZÁVEL LONGO PRAZO			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	1.088.397	193.416
Títulos e valores mobiliários	6	1.303.535	1.378.665
Operações de crédito	7	38.673	34.402
Outros créditos	7	3.226	2.724
		2.431.831	1.609.197
PERMANENTE			
Investimentos	8	147.490	129.738
Imobilizado em uso	9	5.470	3.352
Intangível	10	440	1.212
		153.400	134.302
TOTAL DO ATIVO		4.994.504	4.533.438

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017 - (Em Milhares de reais)			
	Capital Integrado	Reserva Legal	Reserva para Expansão
Saldos em 31/12/2016	12.485,50	5.470	1.212
Mutações do semestre	413	1.152	57,20
Distribuição de sobras para o FATES cont. AGO 28/04/2017	-	-	-
Distribuição de sobras em C/C cont. AGO 28/04/2017	-	-	-
Fundo de divulgação e marketing conforme AGO 28/04/2017	-	-	-
Integralização de capital	16.834	-	-
Sobras líquidas do semestre	-	-	-
Saldos em 30/06/2017	141.363	5.249	893
Mutações do semestre	12.485,50	1.152	57,20
Integralização de capital	304	-	-
Reversão da reserva de sobras a destinar	(1.309)	-	-
Reversão da reserva de sobras a destinar	-	(618)	-
Reversão da reserva de sobras a destinar	-	-	(12.479)
Sobras líquidas do semestre	-	-	-
Constituição do FATES	-	-	-
Fates atos não cooperativos	-	-	-
Constituição da reserva legal	1.412	-	-
Saldos em 31/12/2017	140.358	6.661	275
Mutações do semestre	(1.005)	1.412	1.745
Distribuição de sobras em C/C cont. AGO 27/04/2018	-	-	-
Fundo de divulgação e marketing conforme AGO 27/04/2018	-	-	-
Reversão do fundo de divulgação e marketing	-	-	-
Integralização de capital	31.904	-	-
Sobras líquidas do semestre	-	-	-
Saldos em 30/06/2018	172.261	6.661	1.022
Mutações do semestre	31.904	747	-

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

- d) procedimentos para a recuperação de créditos;
 - e) sistemas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
 - f) informações gerenciais periódicas para as entidades do Sistema;
 - g) área responsável pelo cálculo e projeção do capital regulatório necessário, bem como do nível adequado de provisão para a liquidação das dívidas;
 - h) modelos para avaliação do risco de crédito do cliente, de acordo com o público tomador, que levam em conta características específicas dos tomadores e questões setoriais e macroeconômicas;
 - i) limites de crédito para cada cliente e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
 - j) modelo para avaliar o impacto na provisão para crédito de liquidação duvidosa bem como no capital regulatório e índice de Basileia em condição extrema de risco de crédito.
- As normas internas do gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação dos riscos de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado, contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.
- Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são claramente segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade no âmbito do Sicoob.
- Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados, anualmente, por auditorias interna e externa. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento do risco de crédito. Cabem às cooperativas centrais e singulares a execução e o acompanhamento das diretrizes aprovadas sistematicamente.
- No Sicoob, a estrutura de gerenciamento de risco de crédito é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito das entidades integrantes do Sistema.
- A estrutura centralizada não desonera as cooperativas singulares e centrais de seus respectivos riscos de crédito, sendo a estrutura centralizada utilizada para avaliar o risco de crédito do cliente e da operação.

- a) a metodologia é aplicada em duas etapas. Avalia-se primeiramente o cliente para detectar as variáveis e o risco de crédito do cliente;
- b) há várias metodologias de avaliação de risco do cliente aplicadas conforme o perfil do tomador;
- c) nas metodologias de avaliação de risco do cliente, consideram-se variáveis específicas de cada cliente e variáveis setoriais;
- d) as metodologias têm poder discriminante (capacidade de separar bons e maus clientes) periodicamente testado;
- e) as classificações de risco subsidiam a alocação do crédito e a gestão da carteira de crédito;
- f) a metodologia de risco de operação contempla o conteúdo na Resolução CMN 2.682/1999. São considerados como componentes metodológicos para a classificação de risco da operação:

- a) Probabilidade de Descumprimento ou Probability of Default (PD): percentual que corresponde à probabilidade de descumprimento da classe de risco;
 - b) Perda Dado o Descumprimento ou Loss Given Default (LGD): percentual da perda econômica decorrente do descumprimento, considerados todos os fatores relevantes para a estimativa do crédito;
 - c) Exposição ao Descumprimento ou Exposure at Default (EAD): corresponde ao valor da exposição da entidade perante o tomador ou contraparte no momento da concretização do evento de descumprimento.
- Assim, com base nesses componentes, estima-se a Perda Esperada (PE) na operação, de acordo com a seguinte fórmula: PE = PD x LGD x EAD.
- O percentual de perda (LGD) pode ser influenciado por características das operações devido à presença de garantias.
- Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB CENTRAL CECREMGE possui estrutura compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

1. Gerenciamento de capital
A Política Institucional de Gerenciamento de Capital, aprovada pelos respectivos órgãos de administração das entidades do Sicoob estabelece as diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do crescimento de negócios, estabelecido nas diretrizes estratégicas, com amparo no art. 9º da Resolução CMN nº 3.988/2011 e no art. 4º da Resolução CMN nº 4.557/2017.

A estrutura de gerenciamento de capital prevê:

- a) monitoramento e controle do crescimento de negócios pelas entidades do Sicoob;
- b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades estão sujeitas;
- c) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades e o horizonte mínimo de 3 (três) anos;
- d) postura prospectiva, com antecipação da necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;
- e) viabilização, por meio de planejamento adequado de capitalização e de condições relevantes, de forma a manter um capital compatível com os riscos incorridos pela entidade.

O Gerenciamento de Capital é um processo cíclico que envolve áreas do Sicoob Conferência, Bancoob, cooperativas centrais e singulares.

O Sicoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar riscos decorrentes de operações de crédito, bem como os riscos incorridos pela entidade.

São realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado. Os resultados das avaliações de seus impactos no capital são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração do Sicoob Conferência.

O processo de gerenciamento de capital é avaliado, anualmente, pela CNAC.

c. Risco de imagem
Decorre de boatos ou publicação negativa, verdadeira ou falsa, em relação à prática ou conduta das entidades e da Cooperativa, o que provoca a evasão de associados e a consequente perda de negócios.

Com vistas à mitigação do risco de imagem sistêmico, o SICOOB CENTRAL CECREMGE por deliberação do Conselho de Administração desta central, adotou a política de Comunicação e Marketing do Sicoob Conferência.

Essa política de comunicação e marketing tem por finalidade, priorizar os seguintes temas:

- a) Aumentar a visibilidade da Central como instituição cooperativista;
- b) Melhorar o posicionamento no mercado;
- c) Consolidar a marca Sicoob para que seja valorizada e reconhecida como a principal instituição financeira de seus associados.

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Belo Horizonte (MG), 23 de agosto de 2018.

A Administração,

BALANÇO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017 - (Em Milhares de reais)			
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30/06/2018	30/06/2017
DEBITANTE			
Depósitos			
Depósitos à vista		12	99
Depósitos a prazo		11.895	57.199
Relações interfinanceiras	11	4.720.076	4.306.241
Outras obrigações	12		
Sociais e estatutárias		3.699	2.374
Fiscais e previdenciárias		26.773	35.560
Diversas		30.781	38.333
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO			
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	13	4.437	11.430
		3.186	2.689
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14	172.261	141.363
Reserva de sobras		26.464	23.178
Sobras acumuladas		7.299	10.214
		206.024	174.755
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.994.504	4.533.438

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017 - (Em Milhares de reais)			
	Capital Integrado	Reserva Legal	Reserva para Expansão
Saldos em 31/12/2016	12.485,50	5.470	1.212
Mutações do semestre	413	1.152	57,20
Distribuição de sobras para o FATES cont. AGO 28/04/2017	-	-	-
Distribuição de sobras em C/C cont. AGO 28/04/2017	-	-	-
Fundo de divulgação e marketing conforme AGO 28/04/2017	-	-	-
Integralização de capital	16.834	-	-
Sobras líquidas do semestre	-	-	-
Saldos em 30/06/2017	141.363	5.249	893
Mutações do semestre	12.485,50	1.152	57,20
Integralização de capital	304	-	-
Reversão da reserva de sobras a destinar	(1.309)	-	-
Reversão da reserva de sobras a destinar	-	(618)	-
Reversão da reserva de sobras a destinar	-	-	(12.479)
Sobras líquidas do semestre	-	-	-
Constituição do FATES	-	-	-
Fates atos não cooperativos	-	-	-
Constituição da reserva legal	1.412	-	-
Saldos em 31/12/2017	140.358	6.661	275
Mutações do semestre	(1.005)	1.412	1.745
Distribuição de sobras em C/C cont. AGO 27/04/2018	-	-	-
Fundo de divulgação e marketing conforme AGO 27/04/2018	-	-	-
Reversão do fundo de divulgação e marketing	-	-	-
Integralização de capital	31.904	-	-
Sobras líquidas do semestre	-	-	-
Saldos em 30/06/2018	172.261	6.661	1.022
Mutações do semestre	31.904	747	-

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda - Sicoob Central Cerecmge

...continuação

CNPJ/MF - 00.309.024/0001-27

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS SEMESTRES FUNDOS
EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 30 DE JUNHO DE 2017
(Em Milhares de reais)

	Semestres findos em:	
	30/06/2018	30/06/2017
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		
Operações de crédito	7	4.881
Resultados de operações com títulos e valores mobiliários, instr. Financeiros	49.133	78.009
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	96.512	145.961
Total	149.105	228.851
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		
Operações de captação no mercado	(836)	(5.000)
Despesas de depósitos intercooperativas	(146.207)	(220.281)
Reversão provisão para operações de créditos	249	4
Total	(146.794)	(225.357)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	2.311	3.484
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Receitas de prestação de serviços	3	2
Despesas de pessoal	(5.146)	(5.664)
Outras despesas administrativas	(3.790)	(2.786)
Despesas Tributárias	(43)	(43)
Outras receitas operacionais	6.115	8.607
Outras despesas operacionais	(463)	(84)
Resultado de equivalência patrimonial	8	6.895
Total	5.148	6.895
RESULTADO LÍQUIDO OPERACIONAL	2	2
RESULTADO ANTES DA DISTRIBUIÇÃO E PARTICIPAÇÕES		
Imposto de renda e contribuição social	15	(1)
Participação nas sobras	16	(164)
Total	31	(163)
SOBRAS LÍQUIDAS DO SEMESTRE	7.299	10.214

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 30 DE JUNHO DE 2017
(Em Milhares de reais)

	30/06/2018	30/06/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobras do Semestre	7.299	10.214
Ajustes para conciliar o resultado		
Disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
IRPJ/CSLL	1	1
Provisão/Reversão para Operações de Crédito	(249)	(4)
Depreciações e amortizações	443	765
Resultado de equivalência patrimonial	(8.472)	(6.863)
Total	(887)	4.111
Varição nos ativos e passivos		
Redução (Aumento) aplicações interfinanceiras de liquidez	(586.429)	(479.007)
Redução (Aumento) títulos e valores mobiliários	351.078	(108.632)
Redução (Aumento) operações de crédito	17.005	(717)
Redução (Aumento) outros créditos	2.593	16
Redução (Aumento) valores e bens	10	(10)
Aumento (Redução) depósitos a vista	12	99
Aumento (Redução) depósitos a prazo	(14.039)	(41.688)
Aumento (Redução) relações interfinanceiras	212.294	606.996
Aumento (Redução) outras obrigações	(666)	(6.902)
Aumento (Redução) provisão para risco e trabalhistas	458	57
Distribuição de sobras para o FATES	-	(190)
Distribuição de sobras em C/C	(9.759)	(7.000)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(27.897)	(32.867)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adição do imobilizado/intangível	(61)	(76)
Adição de investimento	(3.993)	(3.735)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(4.054)	(3.811)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	31.904	16.834
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	31.904	16.834
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(48)	(19)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	39.995	52
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	40.151	20.151
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(48)	(19)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE
30 DE JUNHO DE 2018 E 2017 - (Em Milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda. - Sicoob Central Cerecmge é uma entidade cooperativista, domiciliada em Belo Horizonte, que tem por objetivo a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico financeiros e assistenciais de interesse das cooperativas singulares associadas, integrando e orientando atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. O endereço registrado do escritório da instituição é: Av. Contorno, 4.925 - 3º e 4º andares - Bairro Funcionários - BH/MG. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que pertence à Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução nº 4.434/15 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. Neste sentido, cabe à instituição: difundir e fomentar o crédito; orientar a organização de novas cooperativas singulares e a reorganização das existentes; orientar a aplicação dos recursos captados pelas cooperativas singulares associadas em consonância com as normas regulamentares do Banco Central do Brasil; representar o sistema local perante o Banco Central do Brasil, o Conselho Monetário Nacional e os demais organismos governamentais e não governamentais; buscar fonte alternativa de recursos para fomentar as atividades creditícias das cooperativas associadas; promover treinamento de membros de órgãos estatutários cooperados e funcionários das cooperativas associadas; prestar serviços às cooperativas singulares associadas, orientando-as quanto à obtenção de recursos próprios; prestar serviços de assistência técnica, orientação creditícia, gerencial, administrativa, jurídica, informática, financeira e outros; representar as cooperativas singulares associadas nos relacionamentos mantidos com o Banco Central do Brasil, o Banco Cooperativo do Brasil S.A., Sicoob Confederação ou quaisquer outras instituições públicas ou privadas; praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições, inclusive financeiras, aplicação de recursos captados no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e rentabilizar os recursos.

As despesas administrativas e operacionais da Instituição são custeadas pelas filiais. As despesas são distribuídas baseadas nos seguintes critérios: (i) utilização de parte das receitas obtidas das operações próprias Central; (ii) rateio das despesas administrativas não relacionadas diretamente com serviços prestados para as filiais, que é feito com base em critérios técnicos de rateio, e que envolvem o volume de depósitos, operações de crédito e patrimônio líquido das filiais. Já as receitas oriundas da centralização financeira são integralmente rateadas com base na movimentação financeira das filiais.

A Instituição é acionista do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB e utiliza seus serviços para operacionalização das atividades da centralização financeira mediante convênio próprio. Em 30 de junho de 2018, as totalidades das operações ativas estavam concentradas naquela instituição financeira. O BANCOOB, entre outros serviços, proporciona ao Sicoob Central Cerecmge o uso da conta de reservas bancárias e a atividade de compensação de cheques e outros pagtos. Adicionalmente, as operações ativas de crédito são integrais e exclusivamente efetuadas com as filiais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1) Declaração de Conformidade
As demonstrações financeiras do SICOOB CENTRAL CERECMGE são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as diretrizes emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), estando as mesmas em consonância com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

2.2) Principais Julgamentos Contábeis e Fontes de Incertezas nas Estimativas
A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração e o Conselho de Administração, elaborem estimativas e adotem premissas baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como os valores das despesas. A liquidação das transações envolvidas nessas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas significativas são utilizadas no caso do SICOOB CENTRAL CERECMGE principalmente na: (i) definição da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado e (ii) contabilização de provisões. O SICOOB CENTRAL CERECMGE revisa suas estimativas e premissas de forma contínua e, pelo menos, semestralmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e alteradas, se impactar apenas no período, ou também em períodos posteriores, se impactar tanto o período presente como períodos futuros.

2.3) Moeda funcional e apresentação

A moeda funcional da Central e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real. As informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto onde indicado de outra forma, e foram arredondadas para a casa de milhar mais próxima.

A administração do SICOOB CENTRAL CERECMGE autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 10/08/2018.

2.4) Reapresentação das Demonstrações Financeiras do semestre findo em 30/06/2017
A administração do SICOOB CENTRAL CERECMGE, tendo por base o CPC -23 "Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros", está

reapresentando os saldos das Demonstrações de resultado do semestre findo em 30/06/2017, em função da reclassificação das despesas de Propaganda e Publicidade, registradas anteriormente em Sobras ou Perdas e reclassificadas para resultado do exercício, conforme abaixo demonstrado:

	Semestre findo em 30/06/2017	Reclassificação	Semestre findo em 30/06/2017
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	3.484		3.484
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Receitas de prestação de serviços	2	-	2
Despesas de pessoal	(5.664)	-	(5.664)
Outras despesas administrativas	(2.264)	(522)	(2.786)
Despesas Tributárias	(43)	-	(43)
Outras receitas operacionais	8.607	-	8.607
Outras despesas operacionais	(84)	-	(84)
Resultado de equivalência patrimonial	6.863	-	6.863
Total	7.417	(522)	6.895
RESULTADO ANTES DA DISTRIBUIÇÃO E PARTICIPAÇÕES			
Imposto de renda e contribuição social	(1)	-	(1)
Participação nas sobras	(164)	-	(164)
Total	(165)	(522)	(165)
SOBRAS LÍQUIDAS DO SEMESTRE	10.736		10.736

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apreciação do resultado:

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios.

(b) Disponibilidades:

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários: São representados depósitos interfinanceiros e aplicações em títulos públicos federais registrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da administração na data de operação e podem ser assim sumarizados: (i) Títulos para negociação - os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são avaliados ao valor de mercado, com contrapartida ao resultado do período; (ii) Títulos disponíveis para a venda - os títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento são avaliados ao valor de mercado, com contrapartida à conta específica do patrimônio líquido denominada "Ajuste de Avaliação Patrimonial"; e (iii) Títulos mantidos até o vencimento - os títulos e valores mobiliários, exceto aqueles resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos com contrapartida ao resultado do período.

A política de investimentos da instituição classifica suas operações em conformidade com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, sendo determinada a classificação no reconhecimento inicial.

(d) Operações de crédito:

Referem-se a operações realizadas exclusivamente com as cooperativas filiadas envolvendo captação e aplicação de recursos. Nesta intermediação são praticadas taxas de juros compatíveis às atividades da Central.

(e) Provisão para repasses interfinanceiros e provisão para operações de crédito: Consiste em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e a liquidez do tomador de crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica e critérios definidos na Resolução nº 2.682/1999 do Banco Central do Brasil - BACEN; a classificação das operações de crédito é efetuada em níveis de risco que variam de AA (risco mínimo) a H (risco máximo), em ordem crescente de risco.

(f) Investimentos:

Representados substancialmente por participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e demais investimentos avaliados pelo método de custo (nota 8).

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

(i) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

	30/06/2018	30/06/2017
Realizável a Longo Prazo		Realizável a Longo Prazo
Empréstimos	66.522	38.993
Provisão para operações de crédito	(4.332)	(3.200)
Total	66.089	38.673

(ii) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

(ii) Composição da carteira de créditos por níveis de risco		30/06/2019	
Níveis de risco	Provisão %	Empréstimos	Provisão
A	0,5	75.070	(375)
B	1	26.765	(268)
C	3	3.680	(110)
D	10	-	-
E	30	-	-
F	50	-	-
G	70	-	-
H	100	-	-
		105.515	(753)

(iii) Distribuição por faixa de vencimento

	30/06/2018	30/06/2017
Faixa de vencimento		Faixa de vencimento
Até 30 dias	6.107	6.451
31 a 60 dias	9.326	9.927
61 a 90 dias	6.326	5.492
91 a 180 dias	19.295	15.513
181 a 360 dias	28.468	15.553
361 a 540 dias	38.993	34.794
Total	105.515	83.730

8. INVESTIMENTOS

O investimento no Bancoob é avaliado pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos: na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda - Sicoob Confederação, Confederação Nacional de Auditoria de Cooperativas (CNAC) e Sicoob Administrativa e Corretora de Seguros Ltda, são avaliados pelo método de custo.

	Saldo 31/12/2017	Integralização	Saldo 30/06/2018
Bancoob	104.626	14.273	118.899
Sicoob Confederação	30.172	624	30.796
CNAC	214	252	466
Sicoob Adm. E corretora de seguros Ltda	13	-	13
Total	135.025	15.149	150.174

Demonstração do Investimento - BANCOOB
PR do BANCOOB em 31/05/2018 % de Participação Investimento

	Saldo em 31/12/2017	Adição	Baixa	Saldo em 30/06/2018
Terranos	2.117	-	-	2.117
Centrais	3.886	-	-	3.886
Instalações, móveis e equipamentos de uso	789	-	-	789
Equipamentos de informática	1.839	-	-	1.839
Subtotal	8.609	-	-	8.609
Depreciação acumulada	(3.960)	(165)	-	(4.125)
Total	5.635	(165)	-	5.470

Redução ao valor recuperável de Ativos - Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável.

10. INTANGÍVEL

	Saldo em 31/12/2017	Adição	Baixa	Saldo em 30/06/2018
Sistema de processamento de dados	5.538	61	(72)	5.526
Amortização acumulada	(4.538)	(369)	72	(5.068)
Total	748	(308)	-	440

11. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	30/06/2018	30/06/2017
Descrição		Descrição
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.738.100	4.248.350
Certificado de Depósitos Interfinanceiros	2.337.274	2.832.477
Total	7.075.374	7.080.827

(ii) Diversas

	30/06/2018	30/06/2017
Descrição		Descrição
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.738.100	4.248.350
Certificado de Depósitos Interfinanceiros	2.337.274	2.832.477
Total	7.075.374	7.080.827

(iii) Diversas

	30/06/2018	30/06/2017
Descrição		Descrição
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.738.100	4.248.350
Certificado de Depósitos Interfinanceiros	2.337.274	2.832.477
Total	7.075.374	7.080.827

(iv) Faltas e previdenciárias

	30/06/2018	30/06/2017
Descrição		Descrição
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.738.100	4.248.350
Certificado de Depósitos Interfinanceiros	2.337.274	2.832.477
Total	7.075.374	7.080.827

(g) Imobilizado de uso:

Os bens estão registrados ao custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplem a estimativa de vida útil econômica dos bens. (nota 9).

(h) Intangível:

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Central ou exercidos com essa finalidade. (nota 10)

(i) Relações interfinanceiras:

Registra-se pelo montante dos recursos das filiais (cooperativas singulares) centralizados. (nota 11)

(j) Outros passivos:

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias e deduzidas das correspondentes despesas a apropriar.

4. DISPONIBILIDADES

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2018	30/06/2017
Caixa e Bancos		Caixa e Bancos
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	20.148
Total	-	20.148

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

(i) Composição por tipo de aplicação

	30/06/2018	30/06/2017
Letras Financeiras do Tesouro - LFT		Letras Financeiras do Tesouro - LFT
Certificado de Depósitos Interfinanceiros	2.337.274	2.832.477
Total	2.337.274	2.832.477

(ii) Composição por tipo de aplicação e situação de prazo

	30/06/2018	30/06/2017
Descrição		Descrição
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	20.148	20.148
Certificado de Depósitos Interfinanceiros	2.337.274	2.832.477
Total	2.357.422	2.852.625

A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez é permanentemente acompanhada pela alta administração do SICOOB CENTRAL CERECMGE mediante utilização de cenários de stress gerados através do MICS institucional do Sicoob Confederação.

Esta ferramenta define como crise de liquidez a projeção do Fluxo de Caixa que apresente, para os próximos 10 (dez) dias, movimento negativo que impacte a liquidez, resultando em 10% (dez por cento) de redução do índice de centralização financeira, por 3 (três) dias ou apresente índice negativo em qualquer dia. Na análise diária do fluxo projetado para os próximos 90 dias, a alta administração não identificou qualquer situação de crise de liquidez na Central.

Na análise do pior cenário de stress mensal (saldo dos recursos dos maiores depositantes), o saldo de captações das demais cooperativas, deduzidos os maiores depositantes, representaria 66,18% do saldo médio de captações da Central, não foram observados impactos significativos para os demais cenários.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	30/06/2018	30/06/2017
Cooperativo FIM - Crédito Privado	465.428	766.335
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	772.019	391.541
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CFI - CP	96.605	1.315
Cotas de Fundo de Renda Fixa	1.417	1.315
Carteira Administrada	185.030	219.460
Total	1.520.499	1.459.311
Aplicação como segue:		
Curto prazo	218.964	80.665
Longo prazo	1.301.535	1.378.655

Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Estado de Minas Gerais Ltda - Sicoob Central CECREME

...continuação

CNPJ/MF - 00.309.024/0001-27

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017. - (Em Milhares de reais)

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros encontram-se registrados em contas patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 2017 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado naquela data, quando aplicável. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos seus valores contábeis, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

As aplicações interfinanceiras da Central são mantidas em instituições financeiras de reconhecida liquidez, e estão concentradas basicamente em certificados de depósito interfinanceiros, letras financeiras do tesouro e letras do tesouro nacional. Estas condições são garantidas a partir da manutenção de uma adequada estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez conforme descrito na nota explicativa nº 21.

A Central não contratou operações com derivativos financeiros durante os semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017.

18. SEGUROS

A Central adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Remuneração do Conselho de Administração 711 697
Diretoria Executiva e Conselho Fiscal 711 697

Transação	06/2018	06/2017	06/2018	06/2017
Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob):				
Depósitos bancários	3	3	-	-
Aplicações interfinanceiras	3.197.423	2.792.944	95.756	141.368
de liquidez	957.049	611.001	30.777	30.306
Títulos e valores mobiliários	13.640	59.681	755	4.593
Ligadas com Garantia				

Bancoob Distrib. de Tit. e Val. Mob. Ltda.				
Rio Fundo de Investimento-RF	1.417	1.319	44	72
Bancoob Centralização FRR-CP	96.605	80.663	2.236	2.768
Cooperativo FIM-Crédito Privado	465.427	766.335	16.070	44.863

A Central não possui nenhuma operação ativa ou passiva com a Confederação Nacional de Auditoria de Cooperativas (CNAC).

A Central remunera os serviços prestados pelo Sicoob Confederação em função da utilização do sistema SISBR, links e estrutura organizacional e de riscos, conforme abaixo:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Sicoob Confederação	420	425

20. ÍNDICE DE BASEL II

O patrimônio líquido da Instituição se apresenta compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, com índices da Basileia de 11,65% em 30 de junho de 2018.

21. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

(a) Risco Operacional

A Política Institucional de Risco Operacional, aprovada no âmbito dos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na inexistência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, é revisada, no mínimo, anualmente por proposta da área responsável pelo gerenciamento do risco operacional do Sicoob Confederação, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas cooperativas do Sicoob.

Esta Política estabelece diretrizes e responsabilidades aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional das entidades do Sicoob.

Conforme preceitos do art. 12 da Lei Complementar 130/2009 e o art. 34 da Resolução CMN nº 4.434/2015, o SICOOB CENTRAL CECREME aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional do Sicoob Confederação, a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br. O processo centralizado de gerenciamento do risco operacional do Sicoob consiste na:

- Identificação, avaliação e tratamento do risco operacional;
- Documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional;
- Realização, com periodicidade mínima anual, de testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados;
- Elaboração de propostas de atualização da política;
- Disseminação da Política de Gerenciamento de Riscos Operacionais aos empregados da entidade, em seus diversos níveis, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como as dos prestadores de serviços terceirizados;
- Existência de plano de contingência, contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes do risco operacional;
- Implementação, manutenção e divulgação de processo estruturado de comunicação e informação sobre continuidade de atividades.

Os sistemas, modelos e procedimentos de informações do gerenciamento do risco operacional são avaliados, anualmente, pela Confederação Nacional de Auditoria de Cooperativas (CNAC), criada a partir das exigências da Resolução nº 3.442/2007, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Os resultados apresentados nos Relatórios de Auditoria Interna e Externa são utilizados para corrigir, adaptar, promover melhorias ou reformulações no gerenciamento do risco operacional.

O processo de gerenciamento do risco operacional do Sicoob consiste na avaliação qualitativa dos riscos operacionais e na melhoria contínua dos processos. A Plataforma de Gestão de Processos e Controles (PGPC), nos módulos Risco Operacional e Controles Internos - Ações auxilia no processo de gerenciamento do risco operacional.

O ciclo de identificação, avaliação e tratamento de riscos operacionais, incluindo a reavaliação dos riscos já identificados, compõe-se das seguintes etapas:

- Identificação do risco operacional: atividade realizada por meio da análise dos processos da entidade, verificando também os riscos, causas e controles já identificados e incluídos na PGPC;
- Avaliação qualitativa do risco operacional identificado: atividade que relaciona as informações de impacto e probabilidade para a determinação dos riscos que devem receber tratamento. É realizada por meio da PGPC, Módulo Risco Operacional, com aplicação da Matriz de Avaliação de Riscos Operacionais;
- Tratamento do risco operacional pela adoção dos procedimentos de:

- Implementação, pelos gestores de cada processo, das ações por eles informadas para tratamento dos riscos operacionais; a atividade de identificação é realizada por meio da PGPC, módulo Controles Internos - Ações;
- Verificação da efetividade e tempestividade da implementação de cada ação;
- Crítica do enquadramento dos riscos nos parâmetros definidos na metodologia;
- Reavaliação dos riscos operacionais, também pelos gestores de cada processo, considerando os sistemas de controles já implementados;
- Guarda, pelos gestores das áreas da entidade, de documentos que evidenciam a efetividade, a tempestividade e a conformidade dos procedimentos, controles ou/ das ações de tratamento dos riscos operacionais, possibilitando a verificação por parte das auditorias interna, externa e cooperativa, área de Controles Internos e Banco Central do Brasil.

d) Documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais: d.1) As perdas operacionais e as recuperações de perdas operacionais estão armazenadas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (SCIR) em banco de dados fornecido pelo Sicoob Confederação;

d.2) A guarda da documentação referente às perdas e às recuperações de perdas associadas ao risco operacional é realizada pela área responsável pela perda, possibilitando a verificação por parte das auditorias interna, externa e cooperativa, pelas áreas de Controles Internos e pelo Banco Central do Brasil.

e) Comunicação e informação: geração de informações que permitam, internamente, a identificação de condições para adoção de correção tempestiva das condições de risco de crédito e de gerenciamento do risco operacional e, externamente, a transparência do processo;

f) Alocação de capital: em cumprimento à Resolução CMN 4.193/2013 e à Circular BCB 3.640/2013, foi definida a Abordagem do Indicador Básico para o risco de crédito, com base nos critérios de ponderação pelo risco (RWA) referente ao risco operacional (RWAOPAD).

Not obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, o SICOOB CENTRAL CECREME possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

b) Riscos de Mercado e de Liquidez

As Políticas Institucionais de Gerenciamento da Centralização Financeira de Riscos de Mercado e de Liquidez, aprovadas pelos respectivos órgãos de administração das entidades do Sicoob, visam estabelecer responsabilidades e diretrizes aplicadas à gestão de riscos de mercado e de liquidez e atender às exigências e normas legais.

Na revisão das Políticas são considerados os resultados dos testes das auditorias internas e externas, a experiência da área gestora e as normas aplicáveis vigentes. Os resultados apresentados nos Relatórios de Auditoria são utilizados para corrigir, adaptar, promover melhorias ou reformulações no gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez.

Conforme preceitos do art. 9º da Resolução CMN nº 3.464/2007 e no art. 8º da Resolução CMV 4.090/2012, o SICOOB CENTRAL CECREME aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada no relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez prevê:

- Realização de validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- Procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de liquidez;
- Elaboração de relatórios para permitir a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez;
- Acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos para as entidades do Sicoob, fornecidos pela área responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez, que evidenciem, no mínimo:

- 1) Valor em Risco (Value at Risk - VaR);
- 2) Limites máximos de risco de mercado;
- 3) Cenários de stress para risco de mercado;
- 4) Limite mínimo de liquidez;
- 5) Cenários de stress para risco de liquidez;

e) Realização de testes de avaliação dos sistemas implementados de controle dos riscos de mercado e de liquidez;

f) Elaboração das demonstrações relativas aos riscos de mercado e de liquidez exigidas pelo Banco Central do Brasil, de acordo com as especificações normativas;

g) Existência de plano de contingência, contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes do risco de mercado e de liquidez.

O processo de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez é claramente segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade dos processos no âmbito da centralização.

O gerenciamento de risco de mercado adota procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de monitoramento e controle das informações de risco de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting do VaR).

A métrica adotada para o cálculo gerencial do risco de mercado da carteira de não negociação (banking) é o Valor em Risco (Value at Risk - VaR), que mede a perda máxima esperada de uma carteira de investimentos em condições normais de mercado, dado um intervalo de confiança estabelecido.

Para carteira de negociação (trading) são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

Os resultados dos testes de stress mensurados pelo Bancoob, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

Os testes de aderência do modelo de mensuração dos riscos (backtesting do VaR) são realizados trimestralmente para determinar se os resultados em condições normais de mercado, dado um intervalo de confiança estabelecido.

Para a carteira de negociação (trading) são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

Os resultados dos testes de stress mensurados pelo Bancoob, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

Os testes de aderência do modelo de mensuração dos riscos (backtesting do VaR) são realizados trimestralmente para determinar se os resultados em condições normais de mercado, dado um intervalo de confiança estabelecido.

Para a carteira de negociação (trading) são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

Os resultados dos testes de stress mensurados pelo Bancoob, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

Os testes de aderência do modelo de mensuração dos riscos (backtesting do VaR) são realizados trimestralmente para determinar se os resultados em condições normais de mercado, dado um intervalo de confiança estabelecido.

Para a carteira de negociação (trading) são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

Os resultados dos testes de stress mensurados pelo Bancoob, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

Os testes de aderência do modelo de mensuração dos riscos (backtesting do VaR) são realizados trimestralmente para determinar se os resultados em condições normais de mercado, dado um intervalo de confiança estabelecido.

Para a carteira de negociação (trading) são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

Os resultados dos testes de stress mensurados pelo Bancoob, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

Os testes de aderência do modelo de mensuração dos riscos (backtesting do VaR) são realizados trimestralmente para determinar se os resultados em condições normais de mercado, dado um intervalo de confiança estabelecido.

Para a carteira de negociação (trading) são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

Os resultados dos testes de stress mensurados pelo Bancoob, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

Os testes de aderência do modelo de mensuração dos riscos (backtesting do VaR) são realizados trimestralmente para determinar se os resultados em condições normais de mercado, dado um intervalo de confiança estabelecido.

Para a carteira de negociação (trading) são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

Os resultados dos testes de stress mensurados pelo Bancoob, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

Os testes de aderência do modelo de mensuração dos riscos (backtesting do VaR) são realizados trimestralmente para determinar se os resultados em condições normais de mercado, dado um intervalo de confiança estabelecido.

Para a carteira de negociação (trading) são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

Os resultados dos testes de stress mensurados pelo Bancoob, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

Os testes de aderência do modelo de mensuração dos riscos (backtesting do VaR) são realizados trimestralmente para determinar se os resultados em condições normais de mercado, dado um intervalo de confiança estabelecido.

Para a carteira de negociação (trading) são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

Os resultados dos testes de stress mensurados pelo Bancoob, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

auditoria interna e externa. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento do risco de crédito.

Cabem às cooperativas centrais e singulares a execução e o acompanhamento das diretrizes aprovadas sistematicamente.

No Sicoob, a estrutura de gerenciamento de risco de crédito é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito das entidades integrantes do Sistema.

A estrutura centralizada não desonera as cooperativas singulares e centrais de suas responsabilidades pela gestão do risco de crédito.

O Sicoob mantém um conjunto de metodologias para avaliar o risco de crédito do cliente e da operação:

- a) Metodologia é aplicada em duas etapas. Avalia-se primeiramente o cliente para depois avaliar eventuais fatores mitigadores de risco das operações com base em garantias;
- b) Há várias metodologias de avaliação de risco do cliente aplicadas conforme o perfil do tomador;
- c) Nas metodologias de avaliação de risco do cliente, consideram-se variáveis específicas aos clientes e variáveis setoriais;
- d) As metodologias têm poder discriminante (capacidade de separar bons e maus clientes) periodicamente testadas;
- e) As classificações de risco subsidiam a alocação do crédito e a gestão da carteira de maneira sistêmica;
- f) Metodologia de risco de operação contempla o conteúdo na Resolução CMN 2.681/2007.

São considerados como componentes metodológicos para a classificação de risco da operação:

- a) Probabilidade de Descumprimento ou Probability of Default (PD): percentual que corresponde à probabilidade de descumprimento da classe de risco;
- b) Perda Dado o Descumprimento ou Loss Given Default (LGD): percentual da perda econômica decorrente do descumprimento, considerados todos os fatores relevantes para recuperação do crédito;
- c) Exposição ao Descumprimento ou Exposure at Default (EAD): corresponde ao valor da exposição da entidade perante o tomador ou contraparte no momento da concretização do evento de descumprimento.

Assim, com base nesses componentes, estima-se a Perda Esperada (PE) na carteira de crédito, com a seguinte fórmula: $PE = PD \times LGD \times EAD$.

O percentual de perda (LGD) pode ser influenciado por características das operações devido à presença de garantias.

Not obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB CENTRAL CECREME possui estrutura compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

(d) Gerenciamento de capital

A Política Institucional de Gerenciamento de Capital, aprovada pelos respectivos órgãos de administração das entidades do Sicoob estabelece as diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital, visando adotar uma postura prospectiva, antecipando necessidades de capital decorrente de possíveis mudanças nos controles do mercado.

A aplicação das diretrizes, registradas na Política, e dos procedimentos aplicáveis é de responsabilidade das entidades do Sicoob.

O gerenciamento de capital é realizado pela estrutura centralizada pelo Sicoob Confederação, com amparo no art. 9º da Resolução CMN nº 3.988/2011 e no art. 4º da Resolução CMN nº 4.557/2017.

A estrutura de gerenciamento de capital prevê:

- a) Elaboração das demonstrações relativas às informações de risco de capital;
- b) Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades estão sujeitas;
- c) Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades e os impactos no capital são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração do Sicoob Confederação;
- d) Postura prospectiva, com antecipação da necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;
- e) Viabilização, por meio de planejamento adequado de capitalização e de controles necessários para o crescimento de negócios, estabelecido nas diretrizes estratégicas.

O Gerenciamento de Capital é um processo cíclico que envolve áreas do Sicoob Confederação, Bancoob, cooperativas centrais e singulares.

O Sicoob mantém procedimentos metodológicos que permitem identificar e avaliar riscos relevantes, de forma a manter um capital compatível com os riscos incorridos pela entidade.

São realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, com o intuito de avaliar os impactos no capital são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

O processo de gerenciamento de capital é avaliado, anualmente, pela CNAC.

(e) Risco de Imagem

Decorre de boatos ou publicação negativa, verdadeira ou falsa, em relação à prática ou condução dos negócios da Cooperativa, o que provoca a evasão de associados e a consequente perda de negócios.

Com vistas à mitigação do risco de imagem sistêmico, o SICOOB CENTRAL CECREME possui procedimentos metodológicos de gestão de risco de imagem desta central, com a participação da Comunicação e Marketing do Sicoob Confederação.

Essa política de comunicação e marketing tem por finalidade, priorizar os seguintes temas:

- a) Aumentar a visibilidade da Central como instituição cooperativista;
- b) Profissionalizar o relacionamento com os públicos de interesse;
- c) Melhorar o posicionamento no mercado;
- d) Consolidar a marca Sicoob para que seja valorizada e reconhecida como a principal instituição financeira de seus associados.

DIRETORIA EXECUTIVA COM MANDATO ATÉ 2020:

LUIZ ZONZAGA VIANA LAGE - Diretor Presidente
SAMUEL FLAM - Diretor Controlador

MÁRCIO OLIVEIRA VILFELDT PEREIRA - Diretor Administrativo e de Desenvolvimento
ALFREDO ALVES DE OLIVEIRA MELO - Diretor de Supervisão e Controle

CONSELHO FISCAL COM MANDATO ATÉ 2018:

CARLA MARIA GONÇALVES CORREA GENEROSO - Efetivo
CRISTIANO FELIX DOS SANTOS SILVA - Efetivo

DARCY DA SILVA NEIVA FILHO - Efetivo
ADRIANO RODRIGUES FONSECA - Suplente

IVY CAMPOS ATHAYDES - Suplente
ZÉLIA MARIA ALVES RABELO - Suplente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO COM MANDATO ATÉ 2020:

LUIZ ZONZAGA VIANA LAGE - Presidente
CESAR AUGUSTO MATOS - Vice-Presidente

ALFREDO ALVES DE OLIVEIRA MELO - Efetivo
ANTÔNIO DE AVILA E SILVA - Efetivo

CHARLES DRAKE GUIMARÃES - Efetivo
IVO DE TASSIS FILHO - Efetivo

JACSON GUERRA ARAÚJO - Efetivo
JOÃO CARLOS LEITE - Efetivo

MÁRCIO OLIVEIRA VILFELDT PEREIRA - Efetivo
OSCAR DE ARAÚJO DRELO - Efetivo

RAMIRO RODRIGUES DE OLIVEIRA - Efetivo
RONALDO SIQUEIRA SANTOS - Efetivo

RUI REZENDE SOUZA - Efetivo
SAMUEL FLAM - Efetivo

URIAS GERALDO DE SOUSA - Efetivo

RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA ÁREA CONTÁBIL:

IRANY MARCIA PIMENTA - Contadora - CRC/MG 048.377/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Srs. Conselheiros, Diretores e Cooperados da CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB CENTRAL CECREME

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB CENTRAL CECREME, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e os respectivos demonstrativos de resultados, de fluxo de caixa, de patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. - SICOOB CENTRAL CECREME, em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para a opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade é, em conformidade com tais normas, emitir descrições na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos estabelecidos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de

forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os efeitos das incertezas sobre sua capacidade de continuar operando e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os procedimentos de auditoria que usamos para avaliar a responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto com as notas explicativas, representam fielmente o período sob escrutínio, e emitir relatório livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas tomadas com base nas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• O risco de distorção relevante das demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorções relevantes causadas por fraude é maior que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade de operação com base nas evidências de auditoria obtidas. Se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Instituição e das atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras e as atividades de negócio, supervisionado e desempenho da auditoria da Instituição e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, incluindo as deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos a eles quaisquer situações que possam ser percebidas como afetando, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 10 de agosto de 2018.

AUDSÉRVIO - AUDITORES ASSOCIADOS S.A. - CRC-01-MG-4553 - O

Alexandre Oliveira Chagas - Auditor Responsável - CRC-MG-07751 - O

Antônio Lúcio Pereira Santos - Sócio responsável - Contador - CRCMG-19.407-O